

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência é rara para menos escolarizados 3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Benevides defende ajustes no teto para elevar investimento 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Código Eleitoral mitiga militarização e reduz papel da Justiça" 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
ANFIP

Por que pouco se fala de privilégios tributários - OPINIÃO JURÍDICA 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
SERVIDOR PÚBLICO

Alckmin e Haddad lideram corrida para o Governo de São Paulo, indica Datafolha 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
SERVIDOR PÚBLICO

Doria é reprovado por 38% no Governo de SP; 24% o aprovam 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Economia vê prazo curto para reformas e foca Auxílio Brasil 14

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

O imperativo de aprimorar a reforma administrativa (Editorial) 17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aumento do IOF reforça as incertezas do mercado 18

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Campos aposta que o mercado vai "virar a página" sobre piora fiscal 19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Procuradoras lançam movimento por redução de tributos 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Crise trava ajuda aos mais pobres 21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Novas alíquotas do IOF começam a valer hoje 24

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

No Rio, pré-candidatos buscam a bênção de religiosos 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Mais uma gambiarra (Editorial) 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Uma mesma nação, muitos Brasis - ANA CRISTINA ROSA..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

Desemprego e renda menor tiram classe C do mercado financeiro na pandemia..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Relator do novo Bolsa Família quer reajuste anual pela inflação..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

"Inflação verde" desafia economia sustentável e mobiliza Banco Central..... 34

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

56% dos brasileiros apoiam impeachment..... 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado prevê alta de 1 ponto da Selic e cogita inflação acima da meta em 2022..... 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

A árdua tarefa do Banco Central (Artigo)..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

O consumo das famílias e a eleição de 2022 - SERGIO LAMUCCI..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Riscos fiscais para Orçamento de 2022 somam R\$ 89 bi..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Dívida frustra Guedes e retoma viés de alta..... 43

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Reuniões de BCs no Brasil e nos EUA marcam a semana..... 44

Previdência é rara para menos escolarizados

Edna Simão

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010?page=1§ion=1

Benevides defende ajustes no teto para elevar investimento

Fabio Granere Daniel Rittner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010?page=1§ion=1

"Código Eleitoral mitiga militarização e reduz papel da Justiça"

Cristian Klein

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010?page=1§ion=1

Por que pouco se fala de privilégios tributários - OPINIÃO JURÍDICA

Roberto Cardone é sócio na FNCA Advogados, com especialização em direito tributário e foco no suporte às empresas e atividades de consultoria, administração e gestão empresarial

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010

Alckmin e Haddad lideram corrida para o Governo de São Paulo, indica Datafolha

Joelmir Tavares e Carolina Linhares são paulo

O ex-governador Geraldo Alckmin, que está com a sua saída anunciada do PSDB, encabeça a corrida eleitoral para o Governo de São Paulo em 2022, com 26% das intenções devoto, segundo o Datafolha. Fernando Haddad (PT) vem numericamente em segundo, com 17%, e lidera com 23% em um cenário sem Alckmin.

No primeiro cenário estimulado pelo instituto, após Alckmin, aparecem Haddad (17%), o ex-governador Márcio França (PSB, com 15%, empatado tecnicamente com o petista) e o líder de movimentos de moradia Guilherme Boulos (PSOL, com 11%).

Na sequência vêm o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas (sem partido, com 4%) -tido hoje como o pré-candidato apoiado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido)- e o deputado estadual Arthur do Vai, o Mamãe Falei (Patriota, com 4%).

Por fim, com 1% cada, o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub (sem partido) e o deputado federal Vinícius Poit (Novo). Nulo ou branco somam 17% dos entrevistados; 3% responderam que não sabem.

A pesquisa foi realizada de segunda (13) a quarta (15) da semana passada e ouviu 2.034 pessoas de 16 anos ou mais em 70 cidades do estado. A margem de erro do levantamento é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

O segundo cenário estimulado pelo Datafolha inclui o atual vice-governador, Rodrigo Garcia (PSDB), candidato à sucessão escolhido pelo governador João Doria (PSDB), que, por sua vez, mira a Presidência e busca ser confirmado em prévias como o nome do partido na disputa nacional.

Recém-saído do DEM, Garcia aparece em quinto lugar, com 5%, atrás de Haddad (23%), França (19%), Boulos (13%) e Tarcísio (6%). Arthur também tem 5%, Weintraub possui 2% e Poit, 1%.

A diferença entre Haddad e França, de quatro pontos percentuais, está no limite máximo da margem de erro, portanto uma situação improvável de empate técnico. Votos brancos e nulos chegam a 22%; 4% das

pessoas ouvidas disseram não saber em quem votar.

Com Alckmin fora da disputa, 25% de seus eleitores optam por Haddad, 20% por França e 12% por Garcia.

Associado à imagem de político do interior, o ex-governador obtém justa mente nesse território sua melhor pontuação. Sua intenção de voto alcança 32% nas cidades do restante do estado, enquanto na capital fica em 18%.

No cenário de primeiro turno em que foram testados os nomes de Alckmin e Haddad, o petista tem performance levemente pior no interior, onde registra 15%, mas sobe a 21% quando são consideradas somente as respostas da capital.

O levantamento, a pouco mais de um ano do pleito, é o primeiro realizado pelo Datafolha para medir o humor do eleitorado sobre a briga pelo Palácio dos Bandeirantes. Mesmo com a ressalva de que nomes e composições ainda devem se alterar, já é possível identificar movimentos.

O histórico de alguém que já governou o estado por mais de 12 anos (2001 a 2006 e 2011 a 2018) coloca Alckmin em uma posição de vantagem, mesmo com a indefinição partidária. Escanteado no PSD B com a ascensão de Doria na máquina estadual, ele deve se filiar ao PSD para concorrer.

Vindo de um fracasso na disputa presidencial de 2018, da qual saiu com 4,7% dos votos e a quarta colocação, o ex-governador se recolheu e hoje faz articulações de bastidores. Ele tema postado na aproximação com sindicatos, além de manter bom trânsito com prefeitos do interior.

Outro ponto de destaque da sondagem é o desempenho de Haddad, ex-prefeito que saiu derrotado da tentativa de reeleição na capital e foi o representante do PT na corrida presidencial de 2018, após a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ter sido barrada pela Lei da Ficha Limpa.

Livre desde março das condenações na Operação Lava Jato que o tiraram do pleito, Lula hoje mantém a primeira colocação nas sondagens para 20-22, com larga vantagem sobre Bolsonaro. Em um eventual segundo turno, o petista venceria o rival por 56% a

31%, conforme o Datafolha.

Com Lula apto a concorrer ao Planalto, Haddad saiu da cena nacional e passou a representar o PT no front local. Diante das restrições da pandemia, concentrou suas atividades eleitorais em giros pelas regiões do estado, com encontros virtuais com dirigentes do PT e entrevistas a rádios.

O objetivo é fazer um diagnóstico dos problemas década região para abordá-los em seu plano de governo. Em agosto, Haddad teve atividades de rua, com visitas a universidades e fábricas na região do ABC.

O primeiro pelotão de candidatos se completa com França, que foi vice de Alckmin, assumiu o governo por nove meses em 2018, tentou se reeleger e foi ao segundo turno contra Doria, perdendo por uma margem estreita (48% a 52%). Tentou a eleição para prefeito da capital em 2020 e acabou em terceiro lugar.

De uma ala mais moderada do PSB, França não descarta repetir adobradinha com Alckmin, assumindo novamente o papel de vice, mas depende das alianças que o seu partido fechará no plano nacional. Atualmente, a sigla tende a apoiar Lula, o que pode interferir na questão local.

França não abandonou seu discurso eleitoral de 2018 e se apresenta ao eleitorado como o candidato anti-Doria nas redes sociais e em entrevistas.

Menos conhecido do eleitor paulista, Boulos também participou da eleição para a Prefeitura de São Paulo em 2020, na qual despontou como um novo líder da esquerda, ao fazer sombra sobre o candidato do PT, Jilmar Tatto, e chegar ao segundo turno contra Bruno Covas(PSDB).

O desempenho de Boulos na pesquisa, ao mesmo tempo em que Haddad aparece em ascensão, tem potencial para elevar a pressão sobre os dois pré-candidatos em torno de uma eventual aliança, já que a manutenção das duas pré-candidaturas tende a dividir os votos da esquerda.

No PSOL, há resistência em retirar a candidatura de Boulos, sobretudo pelo fato de que a tendência do partido é não ter candidato próprio à Presidência para apoiar Lula. Já o PT considera Haddad mais competitivo e vê o psolista como um possível candidato à prefeitura da capital em 2024.

Os números do Datafolha demonstram ainda dificuldades para Doria e Bolsonaro -que foram unidos artificialmente pelo primeiro, em 2018, sob o slogan

"BolsoDoria" e se distanciaram até o estágio atual de guerra aberta. Os dois não conseguiram alavancar seus apadrinhados na eleição para o Bandeirantes.

Com 5%, Garcia ainda é desconhecido da maior parte do eleitorado. Em maio, sua filiação ao PSDB, considerada mais um movimento político abrupto de Doria, bloqueou o espaço à candidatura de Alckmin no partido e implodiu o apoio do DEM nacional ao governador.

Desde então, Garcia, que é uma espécie de gerente executivo do governo Doria, vestiu o figurino de candidato. A cada semana, o vice visita cidades e faz uma série de entregas-de escolas a cestas básicas. Ele ainda intensificou publicações de autopropaganda em suas redes sociais.

Na véspera do ano eleitoral, Doria e Garcia lançaram uma série de programas que podem alavancar suas candidaturas, como um pacote de investimentos de R\$ 47,5 bilhões em obras e melhorias, além do programa social Bolsa do Povo.

A Folha mostrou ainda que Doria multiplicou a liberação de verba para deputados aliados. Adversários condenam o que consideram uso da máquina do governo para fins eleitorais.

Um sinal de entrave para que o tucano viabilize seu sucessor no governo é a taxa minoritária de aprovação de seu governo medida pelo Datafolha: 24% consideram a gestão ótima ou boa; 38% a veem como regular e 38%, ruim ou péssima.

Apesar do cenário pedregoso para fazer seu sucessor, Doria colheu ao menos um resultado positivo na pesquisa. Seu nome foi o que mais pontuou na pesquisa espontânea, aquela em que o instituto apenas pergunta em quem o entrevistado pretende votar, sem apresentar opções.

O tucano, que não é postulante à reeleição, tem 6% e aparece à frente de Boulos, Alckmin (ambos com 2%), França e Haddad (ambos com 1%). Mas a imensa maioria dos eleitores (69%), quando indagada, não soube informar o nome de algum pré-candidato ao Bandeirantes.

No caso de Bolsonaro, os gestos para indicar o ministro da Infra estrutura como seu predileto para a eleição paulista esbarram em obstáculos como a decrescente popularidade do presidente e as incertezas sobre o partido que os abrigará para o pleito de 2022.

Além disso, Tarcísio não tem raízes no estado e já indicou ter maior interesse por uma cadeira no

Senado. A base bolsonarista carece de um nome de consenso para a disputa local, a exemplo do que ocorreu no pleito para prefeito em 2020, quando Celso Russomanno (Republicanos) só foi abraçado na reta final.

-

Rejeições de Alckmin e Haddad são as maiores

Pré-candidatos que despontam na corrida eleitoral para o Governo de São Paulo, Geraldo Alckmin, que está em vias de deixar o PSDB, e Fernando Haddad (PT) são também os postulantes para 2022 que têm as maiores taxas de rejeição no eleitorado, segundo pesquisa do Datafolha.

No caso de Alckmin, 36% dos entrevistados dizem que não votariam nele de jeito nenhum no primeiro turno. O percentual de Haddad é de 34%. Na sequência vêm: Guilherme Boulos (PSOL, com 27%), Arthur do Vai, o Mamãe Falei (Patriota), Márcio França (PSB), ambos com 20%, e Rodrigo Garcia (PSDB, com 17%).

São também 17% os que se recusam a escolher Abraham Weintraub (sem partido). Tarcísio de Freitas (sem partido) e Vinícius Poit (Novo) são refutados, cada um, por 16%. Parcela de 7% rejeita todos, 3% não rechaçam ninguém e 4% não opinaram.

A situação de Alckmin e Haddad, de certa forma, replica no âmbito estadual o que ocorre no plano nacional, em que os líderes do levantamento do Datafolha, Jair Bolsonaro (sem partido) e Lula (PT), são os que também enfrentam os maiores índices de rejeição.

No quesito rejeição, Alckmin possui as maiores taxas entre entrevistados do sexo masculino (37%), pessoas de 25 a 34 anos (41%), com escolaridade de nível superior (42%) e na faixa de dois a cinco salários-mínimos (38%).

A rejeição a Haddad fica também em 37% entre homens, chega a 38% na fatia de 35 a 44 anos, também é de 42% entre pessoas com curso superior e alcança 48% entre os representantes da parcela mais rica do eleitorado, aqueles que têm renda acima de dez salários-mínimos.

Enquanto Alckmin sofre a maior resistência, quanto à ocupação dos entrevistados, dentro do grupo de funcionários públicos, com uma taxa de rejeição na casa dos 48%, Haddad enfrenta sua maior desconfiança no segmento dos empresários, com um índice de 51%.

Quando se leva em conta o partido de preferência do

entrevistado, os resultados são os esperados. O ex-governador tem rejeição de 23% entre os que simpatizam com o PSDB e 51% entre os que gostam do PT; o ex-prefeito é recusado por 48% dos que admiram o PSDB e 14% dos que têm o PT como sigla predileta.

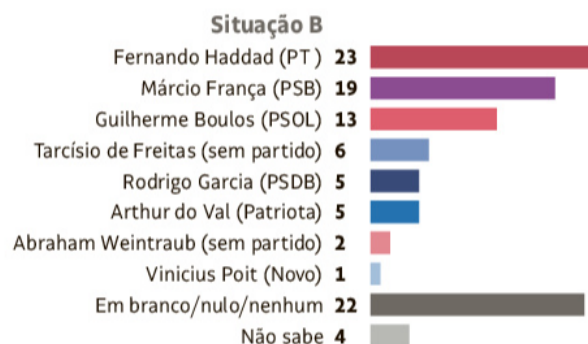
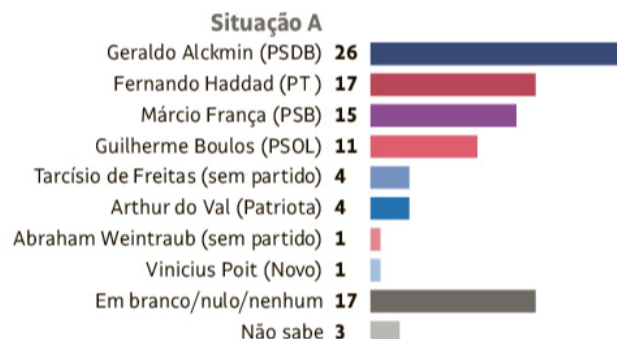
2.034 pessoas de 16 anos ou mais, em 70 cidades paulistas, foram ouvidas pelo Datafolha. A pesquisa foi realizada de segunda (13) a quarta (15)

Site:

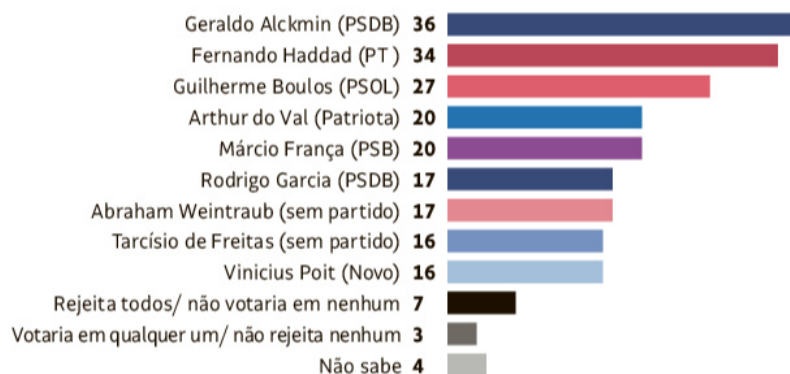
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49674>

Alckmin e Haddad lideram disputa pelo Governo de São Paulo

Intenção de voto
Resposta estimulada e única, em %

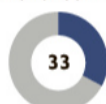


Rejeição
Resposta estimulada e múltipla, em %

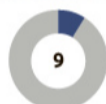


Votam em Alckmin
Em %*

Entre quem tem ensino fundamental

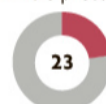


Entre estudantes



Votam em Haddad
Em %*

Entre pretos



Entre empresários



*Considerando situação A. Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.034 pessoas com 16 anos ou mais entre os dias 13 e 15 de setembro em 70 cidades do Estado de SP. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais para mais ou para menos

Doria é reprovado por 38% no Governo de SP; 24% o aprovam

Carolina Linhares e Joelmir Tavares são paulo

O governo de João Doria (PSDB) em São Paulo é reprovado por 38% da população, que consideram a gestão ruim ou péssima, enquanto 24% a avaliam como ótima ou boa. Outros 38% classificam o tucano como regular, segundo pesquisa Datafolha. A nota média do governo Doria, entre o e 10, foi de 4,7. O instituto ouviu presencialmente 2.034 pessoas, em 70 cidades do estado, de segunda (13) a quarta (15) da semana passada. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos para mais ou menos.

A aprovação por uma parcela minoritária impõe um desafio ao governador, que pretende ser candidato à Presidência da República em 2022 e disputará ainda neste ano a vaga de presidenciável do PSDB em prévias contra Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul.

Além de viabilizar sua candidatura, Doria ainda busca emplacar seu vice-governador, Rodrigo Garcia (PSDB), para sucedê-lo no Governo de São Paulo - missão que a desaprovação à gestão pode atrapalhar.

No interior do estado, os índices de aprovação, regular e reprovação de Doria são, respectivamente, 25%, 37% e 37%. Na capital, são de 24%, 37% e 39%.

A pesquisa nacional do Datafolha mostra que Doria e Jair Bolsonaro (sem partido) têm índices de aprovação próximos, embora a reprovação do presidente seja maior. O mandatário nacional é aprovado por 22% e desaprovado por 53%, seu recorde até aqui. Outros 24% o consideram regular.

Já em São Paulo, o presidente é reprovado por 52%, aprovado por 23% e considerado regular por 24%. Na capital, os índices de reprovação e aprovação atingem 65% e 16%.

De acordo com a pesquisa eleitoral do Datafolha, Doria varia de 4% a 6% na intenção de votos para o Palácio do Planalto a depender do cenário de adversários. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lidera a corrida, com 44%, seguido de Bolsonaro, com 26% -situação em que o tucano aparece com 4%.

Doria praticamente empata com Lula em rejeição dos eleitores, com 37% contra 38% do petista. O candidato

mais rejeitado é Bolsonaro, que tem taxa de 59%.

A pesquisa nacional ouviu 3.667 eleitores de forma presencial, em 190 cidades do país, entre 13 e 15 de setembro. A margem de erro é de dois pontos para mais ou menos.

O resultado de reprovação superior à aprovação no estado ocorre apesar de Doria ter intensificado sua tentativa de conquistar políticos e eleitores nos últimos meses, com novo pacote de obras e empregos, anúncios de programas sociais e aumento da distribuição de verba a parlamentares e prefeituras.

Uma das principais apostas de Doria para conquistar o público, no entanto, continua sendo a vacinação no país, que teve início com a Coronavac, o imunizante produzido pelo Instituto Butantan e viabilizado pela gestão do tucano.

A história de animosidade entre Doria e os paulistas teve um capítulo relevante quando o tucano, após somente 1 ano e 3 meses de gestão, abandonou a Prefeitura de São Paulo para concorrer ao governo em 2018, mesmo tendo prometido permanecer no cargo para o qual fora eleito em 2016 por quatro anos.

A aversão a Doria também costuma ser atribuída por opositores e até pelo seu entorno a excessos de marketing, à negação da política e a episódios de traição de outrora aliados -a exemplo de Bolsonaro e do ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB).

Secretários de Doria, no entanto, veem nas medidas duras da gestão da pandemia, como o fechamento do comércio, a explicação para uma avaliação negativa. A expectativa entre eles é a de que, com o tempo, a diminuição de mortes e a melhora da economia reverta a rejeição.

Entre eleitores de Doria, 70% o consideram ótimo ou bom; apenas 2% o veem como ruim ou péssimo e outros 28% opinam que o governador é regular.

O cenário é desfavorável entre eleitores de Bolsonaro, com 13% de aprovação, 60% de reprovação e 26% de regular. Já entre quem diz votar em Lula, as taxas são 27% de aprovação, 29% de reprovação e 44% de regular.

Apesar de ter sido eleito com o mote "BolsoDoria", na esteira da popularidade de Bolsonaro, o governador paulista se tornou um dos principais opositores do presidente, em especial na pandemia do coronavírus. No último domingo (12), participou de manifestação pelo impeachment de Bolsonaro.

Nos últimos meses, seguindo o avanço da vacinação no estado, Doria intensificou as medidas do governo para alavancá-lo na opinião pública.

Ao ampliar sua presença no interior, receber prefeitos e abrir os cofres do estado para obras, ele procura reverter a agenda negativa estabelecida pela pandemia.

Faz isso com dois programas principais. Um deles é o Pró-SP, que pretende reunir sob um só guarda-chuva R\$ 47,5 bilhões em investimentos em 2021 e 2022. A recuperação de estradas em todo o estado é um dos destaques do pacote.

A outra frente é o Bolsa do Povo, com foco social. O investimento em 2021 é de R\$ 1 bilhão em vale-gás, bolsas de estudo e pagamentos às famílias que tiveram parentes mortos pela Covid.

Como mostrou a Folha, Doria multiplicou em quase seis vezes neste ano a verba política paga para que deputados aliados irriguem suas bases políticas com melhorias. O valor gasto com as demandas parlamentares, espécie de emendas extras, chegou a R\$ 1 bilhão até julho.

-

Só 8% declaram confiar sempre em declarações de Doria

Apenas 8% dos moradores do estado de São Paulo afirmam sempre confiar nas declarações do governador João Doria (PSD B). Segundo pesquisa Datafolha, 48% dizem acreditar às vezes, enquanto 44% afirmam nunca dar credibilidade às falas do tucano.

O índice de confiança plena em Doria é menor do que o medido em relação a Jair Bolsonaro (sem partido), em quem 57% dos brasileiros nunca confiam. Já 15% afirmam sempre crer nas falas do presidente, e 28% acreditam às vezes no que ele diz.

O Datafolha ouviu presencialmente 2.034 pessoas, em 70 cidades do estado de São Paulo, de segunda (13) e quarta-feira (15) da semana passada. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos para mais ou menos.

A média dos que nunca confiam em Doria (44%) avança para 47% entre homens, 52% entre empresários, 48% entre evangélicos e 46% entre quem tem ensino fundamental ou médio. Esse índice cai para 39% entre funcionários públicos, 38% entre quem prefere o PT e 28% entre estudantes.

Já a taxa dos que dizem sempre confiar no governador, que na média é 8%, chega a 12% entre quem tem mais de 60 anos e 16% entre quem recebe mais de dez salários- mínimos.

A baixa confiança da população nas declarações de Doria é medida em meio a uma guerra de versões, vista desde o início da pandemia, entre o tucano e Bolsonaro, a respeito das vacinas contra a Covid-19 e das medidas eficazes para conter a circulação do vírus.

Apesar de Bolsonaro acumular uma longa lista de falas mentirosas e negacionistas em relação à doença, Doria também teve episódios de declarações desmentidas nesse tema.

Por exemplo, ao anunciar em março a Butanvac, vacina produzida pelo Instituto Butantan, como sendo a primeira feita com tecnologia nacional. Na época, a Folha revelou que a vacina foi desenvolvida em parceria com a Escola de Medicina Icahn do Instituto Mount Sinai, nos EUA.

No anúncio de eficácia da Coronavac, também fabricada no Butantan a partir de instintos da China, houve confusão. No dia 7 de janeiro, Doria propagandeou eficácia de 78%, mas o índice se referia apenas a casos leves. Dias depois, o Butantan fez novo informe, mencionando a eficácia geral de 50,38%.

"Entendo que a Butanvac é uma vacina nacional. O importante é termos uma vacina. Se ela tem tecnologia internacional, isso é positivo" João Doria em março, após a Folha revelar que vacina anunciada pelo Governo de SP como 100% brasileira tinha participação estrangeira

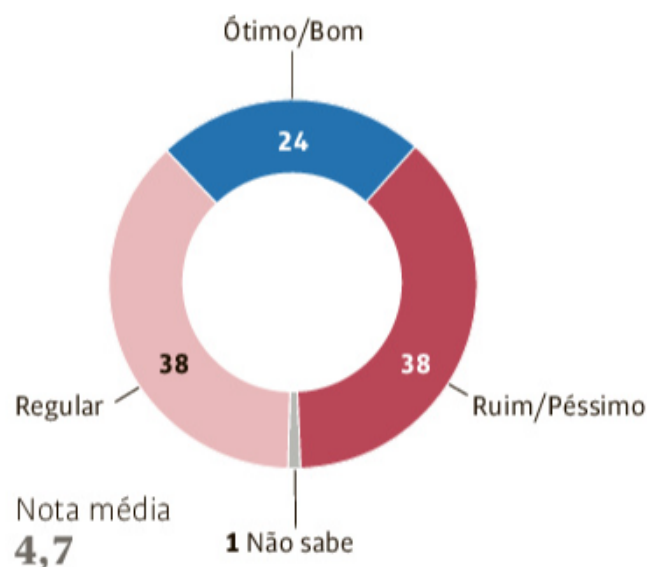
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49674>

Minoria aprova governo Doria

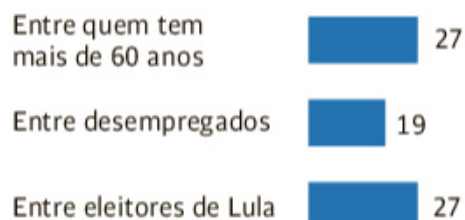
Avaliação do governo João Doria

Resposta estimulada e única, em %



Aprovam o governo Doria

Resposta estimulada e única, em %



Reprovam o governo Doria

Resposta estimulada e única, em %



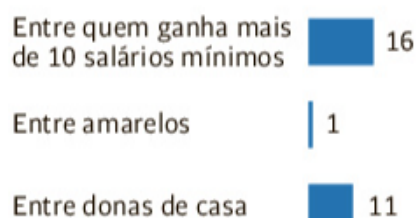
Minoria sempre confia nas declarações de Doria

Resposta estimulada e única, em %



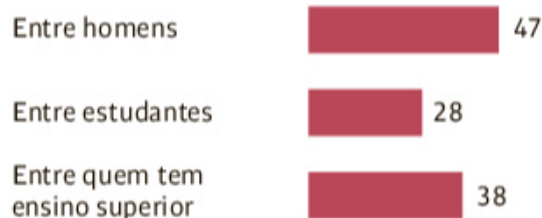
Sempre confiam

Resposta estimulada e única, em %



Nunca confiam

Resposta estimulada e única, em %



Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.034 pessoas com 16 anos ou mais entre os dias 13 e 15 de setembro em 70 cidades do Estado de SP. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais para mais ou para menos

Economia vê prazo curto para reformas e foca Auxílio Brasil



O ministro da Economia, Paulo Guedes, em cerimônia no Palácio do Planalto. Pedro Ladeira - 13.set.21/Folhapress

Bernardo Caram e Danielle Brant Brasília

Com o governo entrando no período de um ano que antecede as eleições de 2022, membros do Ministério da Economia avaliam como grande a chance de a janela de oportunidade para votação de reformas amplas estar se fechando para o atual mandato. A visão é compartilhada por congressistas.

Auxiliares do ministro Paulo Guedes (Economia) defendem que o governo aproveite a trégua dada pelo presidente Jair Bolsonaro na briga com Poderes para tentar solucionar o problema da explosão de gastos com precatórios -dívidas do governo reconhecidas pela Justiça.

A pauta, considerada a maior prioridade do governo neste momento, destravaria o Orçamento de 2022 e permitiria a ampliação do Bolsa Família, rebatizado de Auxílio Brasil.

Na avaliação de uma fonte da pasta, esse poderá ser o último movimento de impacto deste governo na economia. Outro interlocutor disse acreditar que ainda caberia um esforço para tentar aprovar ao menos a reforma do IR (Imposto de Renda), que passou pela Câmara e depende de aval dos senadores.

No entanto, para uma pessoa próxima a Guedes, a dificuldade de articulação do governo com o Senado coloca em risco o projeto. A Casa, que abriga a CPI da Covid, tem imposto derrotas a Bolsonaro e criado entraves para propostas aprovadas pelos deputados.

No início deste mês, por exemplo, em um episódio incomum, o plenário do Senado derrubou uma MP (medi da provisória) articulada pelo governo para

implementar novas regras trabalhistas e programas de qualificação.

Os senadores também demonstram pouca disposição de apreciar o texto que traz as mudanças no IR, que recebeu aval dos deputados no início de setembro.

Um integrante da Economia ressaltou que estados e municípios estão insatisfeitos com a potencial perda de receita provocada pelo texto aprovado na Câmara.

Como o Senado é a Casa que representa os estados, a tendência é que a resistência ao projeto seja alta, avaliou esse técnico.

A criação de um tributo único sobre consumo é vista por membros da Economia como uma aposta ainda mais distante, assim como as mudanças nas regras para **servidores públicos** e a etapa da **reforma tributária** que reestrutura o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) -esta nem sequer foi apresentada pelo governo.

Técnicos ressaltaram que as negociações podem encontrar dificuldades maiores se Bolsonaro decidir radicalizar o discurso novamente.

O presidente intensificou embates até o 7 de Setembro, quando atacou ministros do STF e deu sugestões golpistas. Dois dias depois, recuou em uma nota retórica, disse que agiu "no calor do momento" e iniciou um período de declarações mais moderadas.

Em 2022, a percepção de membros da equipe econômica é que não haverá margem para votação de propostas polêmicas ou que promovam ajuste fiscal.

Para um auxiliar de Guedes, além de não haver clima no Congresso para medidas desse tipo em ano eleitoral, o presidente precisará manter em movimento sua base de apoio e não deve demorar a criar novos atritos com instituições.

Ciente desse cronograma adverso, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estipulou, em agosto, o prazo máximo para votar as reformas até novembro.

Depois disso, segundo o deputado, "com a votação do Orçamento, com o recesso parlamentar, com 2022, a possibilidade das eleições chegando na nossa porta,

fica muito complicado, fica muito difícil".

Com esse calendário correndo, conseguiu aprovar o projeto que quebra o monopólio dos Correios e o texto que muda as regras do IR -este depois de um esforço de negociação que deixou claro o comprometimento de Lira com a pauta de Guedes.

No entanto, os projetos remanescentes de interesse do governo são vistos com ressalvas pelos próprios deputados.

O único tido como mais viável é a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos precatórios, que teve a admissibilidade aprovada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara na quinta-feira (16). O teor do texto ainda pode ser alterado.

De acordo com um técnico do Ministério da Economia, a solução para os precatórios é de interesse de todos. Isso porque, além de viabilizar a ampliação do Bolsa Família, a abertura de espaço no Orçamento pode ser direcionada para gastos que beneficiam deputados e senadores emano eleitoral, como obras.

O líder da oposição na Câmara, Alessandro Molon (PSB-RJ), vê dificuldade na aprovação da PEC que abre espaço no Orçamento ao Auxílio Brasil. "Passou por um placar muito apertado na CCJ. No plenário, não acredito que passe." A PEC teve a admissibilidade aprovada por 32 votos a 26 -ou 55,2% dos votos. Para aprovar uma PEC, são necessários três quintos (ou 60%).

Já o líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB), considera que o cenário no Congresso neste fim de ano vai exigir um trabalho de articulação e de engenharia política do governo para aprovar os textos prioritários.

Na avaliação dele, em ordem de perspectiva de aprovação na Câmara estão o Auxílio Brasil e precatórios.

Por outro lado, ele vê problemas na tramitação do projeto que unifica PIS e Cofins e na reforma administrativa.

Presidente da frente parlamentar Servir Brasil, de defesa do serviço público, o deputado professor Israel Ba tista (PV-DF) disse que a composição de forças na comissão especial que analisa a reforma administrativa está ficando desfavorável ao governo.

"O relatório complementar apresentado pelo Arthur Maia [na quinta-feira] demonstrou o quanto o governo está perdido, está sem rumo", disse. "Eles [governo], que tinham uma vantagem de dez deputados na

comissão, perderam seis, pelo menos." "Diante da complexidade do tema, diante da impopularidade da pauta e da falta de condição de governabilidade do governo, a PEC 32 tem, sim, grande chance de não ser aprovada até outubro", disse. Só passaria, complementou, se fosse muito desidratada.

Já a aprovação de **reforma tributária** mais ampla é completamente descartada por congressistas.

"Infelizmente, as propostas se perderam e não enxergamos hoje um cenário favorável para a aprovação de uma reforma que de fato promova mudanças significativas nos **tributos** sobre consumo, incluindo alterações no ICMS e no ISS" disse o líder do Novo na Câmara, Paulo Ganime (RJ).

Propostas em risco

LIMITAÇÃO DE PRECATÓRIOS O que é Governo tenta reduzir o gasto com sentenças judiciais e abrir espaço no Orçamento de 2022 Situação É a iniciativa com maior chance de sucesso, mas ainda não há acordo ou definição sobre o formato final da proposta. Entre as opções, estão parcelamento dos precatórios, limitação dessa despesa ou retirada do gasto das regras fiscais (o teto de gastos)

AUXÍLIO BRASIL O que é Reestrutura o Bolsa Família e cria novos tipos de benefício, como bônus por desempenho escolar e esportivo Situação Para valer em 2022, depende da aprovação de diversas propostas. É necessário aprovar a MP que reformula o programa, a PEC que parcela precatórios e a reforma do IR, que cria uma compensação para o novo gasto social

REFORMA DO IR O que é Reduz a tributação sobre empresas, corrige a tabela do imposto da pessoa física e recria a taxa sobre dividendos, entre outros pontos Situação Aprovada pela Câmara, medida sofre com resistência de senadores

IMPOSTO SOBRE CONSUMO O que é Governo apresentou projeto para unificar PIS e Cofins, mas congressistas defendem projetos mais amplos, que unificam outros **tributos** Situação Proposta tem debate conturbado e não há acordo entre governo, Congresso, estados e municípios para votação

REFORMA ADMINISTRATIVA O que é Reformula regras do serviço público, com limitação da estabilidade, redução do número de carreiras e aprimoramento dos sistemas de avaliação de desempenho Situação Aprovada pela CCJ da Câmara, tramita em comissão especial. Tema é considerado polêmico

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

74

O imperativo de aprimorar a reforma administrativa (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010?page=1§ion=1

Aumento do IOF reforça as incertezas do mercado

Marcelo Osakabe, Gabriel Roca, Felipe Saturnino, Álvaro Campos, Víctor Rezende e Olívia Bulla De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010

Campos aposta que o mercado vai "virar a página" sobre piora fiscal

Análise Alex Ribeiro De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010

Procuradoras lançam movimento por redução de tributos

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010

Crise trava ajuda aos mais pobres

ISRAEL MEDEIROS

Mesmo diante de uma grave crise social e econômica em um cenário de pandemia e instabilidade política, os últimos meses de 2021 serão cruciais para frear o retrocesso do país quando o assunto é pobreza. Segundo uma pesquisa da Fundação Getulio Vargas (FGV) divulgada este mês, pelo menos 27,7 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza. Número que chegou a ser maior nos primeiros meses do ano, quando o auxílio emergencial estava suspenso e cerca de 34,3 milhões dependiam desse dinheiro.

Os números podem voltar a subir, já que as últimas parcelas do auxílio emergencial - que hoje variam entre R\$ 150 e R\$ 375 - estão previstas para novembro. Consciente da alta de sua popularidade em 2020, quando os pagamentos começaram, o governo federal busca, agora, turbinar o Bolsa Família sob o nome de Auxílio Brasil.

A ideia é substituir o programa que foi popularizado no governo Lula e aumentar em 15% o número de beneficiários, totalizando 17 milhões. Hoje, a fila do Bolsa Família está em 1,2 milhão de famílias. O problema, no entanto, é que a equipe econômica do governo de Jair Bolsonaro (sem partido) enfrenta uma grave crise fiscal e busca alternativas para encaixar a nova despesa no Orçamento da União.

Para iniciar os pagamentos ainda em 2021, Bolsonaro editou um decreto que aumenta as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que tem caráter extrafiscal - ou seja, serve para regular a economia, não para aumentar a arrecadação. Isso, segundo especialistas, pode causar sérios problemas em uma economia já fragilizada e significar um tiro no pé por parte do Executivo.

"Quando ele aumenta o IOF, vai causar um grande dano na economia. O que o presidente fez é permitido por lei, mas é o remédio errado, porque ele vai prejudicar quem está fazendo operações financeiras. O país está num momento de recessão muito forte, tentando se recuperar da pandemia, todas as atividades econômicas foram afetadas. Quando o empresário vai procurar financiamento, para fluxo de caixa, vai se deparar com IOF altíssimo porque o governo quer bancar o Bolsa Família", explica Mirian Lavocat, advogada tributarista do Lavocat Advogados.

Para a especialista, o governo deveria unir esforços para cortar despesas, não aumentar **impostos**. Em

2022, a ideia do governo é bancar o programa a taxação de lucros e dividendos, prevista no projeto de reforma do Imposto de Renda.

Outra solução, considerada a mais importante para a equipe econômica, é a aprovação da PEC dos Precatórios, que permitirá ao governo parcelar dívidas judiciais das quais já não pode mais recorrer. O tema já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados e, agora, será analisado por uma Comissão Especial.

Nelson Marconi, coordenador do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo da Fundação Getulio Vargas (FGV), explica que o principal problema orçamentário, hoje, é a rigidez do teto de gastos, pressionado pela alta despesa com juros da dívida pública. Para ele, o ideal seria promover alterações no teto de gastos para que o governo pudesse gastar mais em situações excepcionais, como é o caso da pandemia. Ele entende, contudo, que o momento não é oportuno para o governo tentar mexer em um tema tão sensível. Marconi ressalva, no entanto, que a assistência social nunca foi uma prioridade do governo. "Do ponto de vista social, um Bolsa Família maior é importante para quem é mais pobre. Mas é uma manobra contábil do governo. Se o governo tivesse se ocupado com as políticas sociais, teria essa preocupação com o Bolsa Família no início do governo, não às vésperas do ano eleitoral. É uma medida claramente eleitoreira", aponta.

Barbárie

Com a incerteza em torno do novo programa de transferência de renda e a **inflação** nos piores níveis dos últimos anos, o que sobra após o fim do auxílio emergencial é o aprofundamento das desigualdades. É o que explica o economista e pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Felipe Queiroz. Ele ressalta que a perda de renda das famílias tem marcado o governo Bolsonaro e que o auxílio foi um atenuante, mas o foco do governo está longe de ser o de garantir melhores condições aos mais pobres. "Se não houver alterações na política do teto de gastos, é algo antropofágico. Você corta recursos de áreas necessárias e essenciais, como saúde e educação, que são importantes nesse período, e coloca num programa eleitoreiro emergencial. Não é uma política social ou que possa se manter por quatro anos, é pensando em eleição", diz.

Para o acadêmico, o que sobra depois do fim do auxílio é "barbárie". "Não há emprego, não há auxílio, o custo da manutenção da vida aumentou muito. Quando acabar o auxílio, o Brasil aprofundará mais sua condição social e vai piorar sua situação no Mapa da Fome, podendo ampliar rapidamente a desigualdade para patamares que tínhamos na década de 1980".

Roberto Piscitelli, professor de economia da UnB, também ressalta o fator benéfico do auxílio emergencial. Ao falar sobre o Bolsa Família, o especialista explica que o país deve manter programas de transferência de renda enquanto as condições sociais do país não melhorarem, já que o chamado efeito multiplicador dos programas é "enorme".

"Em países como o Brasil, pela quantidade de desempregados, com os níveis de pobreza, não há como abrir mão de um programa essencial como o Bolsa Família, não há como não ter um programa desse tipo que seja de caráter permanente até que a gente modifique substancialmente as condições sociais do país", pontua.

Piscitelli acredita, no entanto, que o Auxílio Brasil não deveria ser bancado com o parcelamento de precatórios, algo que ele considera "a mais cruel das decisões". "É mais que uma injustiça, é uma irresponsabilidade, não se justifica sacrificar em dezembro centenas de milhares de pessoas que esperaram esses precatórios".

Ele discorda de que não haja espaço no orçamento, é tudo uma questão de prioridade. "A classe política sempre encontra uma saída quando considera uma medida importante. Aprova emenda à Constituição, projeto de lei, então, se achar que tem mais peso, abre mão, vai jogar às feras a categoria menos articulada e organizada, mais dispersa politicamente, como é o caso de quem será prejudicado com a PEC dos precatórios, que eu acho que será aprovada", prevê.

Estrutura do novo benefício

Valor do programa social que irá substituir o auxílio emergencial e o Bolsa Família será de R\$ 300. Isso representa um aumento de R\$ 111 em relação ao valor médio pago atualmente pelo Bolsa Família



Orçamento necessário para o Auxílio Brasil em 2022: **R\$ 53 bilhões**. Atualmente, o Bolsa Família tem verba de aproximadamente R\$ 35 bi.



Para financiar o programa em 2021, o governo conta com o **aumento do IOF** até dezembro e com recursos de despesas excepcionais por causa da pandemia. A tendência, no entanto, é que o aumento permaneça após dezembro.



Em 2022, para arcar com os R\$ 53 bilhões previstos, o governo conta com a aprovação da **PEC dos precatórios** e com a taxaço de dividendos prevista na reforma do Imposto de Renda.



A ideia é que o número de beneficiários chegue a **17 milhões de famílias** – um crescimento de 15% no número atual do programa, que atende 14,7 milhões de famílias.



As parcelas deixariam de ser de R\$ 189 e **passariam a ser de R\$ 300**, um aumento de 57%. Esse valor é o dobro do que é pago hoje, em média, no auxílio emergencial, para famílias de uma pessoa (R\$ 150) e 20% maior do que o montante destinado a famílias com duas ou mais pessoas.



Os pagamentos já seriam **iniciados em novembro** deste ano, mesmo mês em que as últimas parcelas do auxílio emergencial serão distribuídas.



Em pa
Brasil
quant
desen
com o
pobre
como
um pr
essen
Bolsa
há cor
um pr
tipo q
caráte

*Roberto
professor*



Se o g
tivess

Novas alíquotas do IOF começam a valer hoje



As novas alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) passam a ser aplicadas a partir de hoje, 20 de setembro, até 31 de dezembro de 2021. O imposto incide sobre transações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

Para as pessoas físicas, a alíquota passa de 3% ao ano (diária de 0,0082%) para 4,08% ao ano (diária de 0,01118%). Já para as pessoas jurídicas, a alíquota anual passa de 1,5% (atual alíquota diária de 0,0041%) para 2,04% (diária de 0,00559%).

O aumento das alíquotas de IOF para tentar bancar o novo Bolsa-Família vai prejudicar o poder de compra das famílias e tornar ainda mais pesados os custos de operação para as empresas, segundo analistas. Tomar empréstimos, tanto no caso de pessoas físicas quanto jurídicas, ficará mais caro. "A majoração do IOF aumenta o custo efetivo total, especialmente na tomada de crédito. A contratação de seguros também fica mais cara. Nas operações de câmbio, há aumento da tributação. O resultado é um custo maior para as transações, e quem paga é o consumidor. Toda vez que tem majoração do IOF, os serviços financeiros ficam mais caros", explica Ricardo Rocha, educador financeiro do Insuper.

O decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro com as novas alíquotas foi publicado na sexta-feira (17/09) no Diário Oficial da União (DOU). "A

arrecadação obtida com a medida custeará ainda as propostas de redução a zero da alíquota da contribuição para o PIS/Cofins incidente na importação de milho, com impacto de R\$ 66,47 milhões em 2021, e o aumento do valor da cota de importação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que acarreta renúncia fiscal no valor de R\$ 236,49 milhões no ano de 2021", informou o Ministério da Economia.

Os valores arrecadados serão utilizados para custear o Auxílio Brasil, programa do governo que deve substituir o Bolsa-Família. Segundo a pasta, os gastos com o novo programa acarretarão, neste ano, um acréscimo de R\$ 1,62 bilhão na despesa obrigatória de caráter continuado. O ministério disse ainda que os recursos para o próximo ano sairão da recriação do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos, que está em discussão no Senado.

PEC DOS PRECATÓRIOS O

tário de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal, afirmou, na sexta-feira, que o governo ainda depende da aprovação da Reforma do Imposto de Renda e da PEC dos Precatórios para bancar o novo Bolsa-Família, com reajuste de R\$ 189 para R\$ 300 no valor médio dos benefícios.

Segundo ele, o aumento do imposto só garante o programa nos novos moldes no último bimestre de 2021. A medida foi a solução encontrada pela pasta econômica para iniciar o novo programa ainda este ano, uma vez que em 2022 vigoram restrições legislativas em razão das eleições. "Resolver precatório é parte importante. A outra parte é a fonte. Uma coisa é espaço para gastar e outra coisa é a fonte", disse Funchal em referência à fonte de compensação para ampliação de gasto, exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

"Não adianta ser só para 2022, porque você tem as restrições eleitorais, que impedem que esse programa seja criado em ano eleitoral. Então, ele tem que ser criado antes. A lógica é: terminando o auxílio emergencial, cai no novo programa, ou seja, nos últimos dois meses. Para isso, a gente precisa compensar", afirmou.

PRESSÃO INFLACIONÁRIA Segundo o secretário, o

governo precisou indicar a fonte para a ampliação do gasto com o programa social e atender à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou o pagamento de uma renda básica para todos os brasileiros abaixo da linha de extrema pobreza. A decisão do Supremo, segundo Funchal, aumenta o número de beneficiários no programa de 14,6 milhões para 17 milhões.

Com o aumento do IOF, a pressão inflacionária para o ano que vem fica ainda maior. A compensação, segundo o secretário, virá de parte da arrecadação de dividendos, proposta no projeto da Reforma do IR, que aguarda o crivo do Senado Federal. "A gente tem a compensação, aprovando o Imposto de Renda para 2022 e 2023, e precisa de fonte para novembro e dezembro. Uma parte do IOF é para essa compensação do Auxílio Brasil de R\$ 300", reforçou Funchal.

O governo espera arrecadar R\$ 2,14 bilhões a mais e garantir o pagamento do novo benefício a partir de novembro, em valor estimado de R\$ 300. Para Marcos Ross Fernandes, economista-chefe do Haitong Banco de Investimentos, "a instabilidade política e institucional continua testando os limites". E não se vê nada que indique que isso vá mudar tão cedo. "Pelo contrário, essa instabilidade tende a piorar com a aproximação das eleições presidenciais e com redução da taxa de aprovação de Jair Bolsonaro", reforçou.

"Além disso, as perspectivas fiscais permanecem incertas, pois a recomposição do programa de transferência de renda Bolsa-Família, de R\$ 35 bilhões para cerca de R\$ 52 bilhões, e os pagamentos de precatórios, R\$ 90 bilhões, ainda não encontraram uma solução consensual. Também a proposta de reformulação do Imposto de Renda não encontrou um meio-termo entre os atores envolvidos e tem um impacto fiscal desconhecido. Ou seja, existem muitos pontos de renúncia fiscal sem contrapartida clara de geração de receita", lembrou Fernandes.

MOVIMENTO Setores que lidam com a economia real também reagiram. A Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) criou o movimento "Basta de **Impostos**" contra a elevação do IOF "O decreto, apesar de ter a nobre intenção de custear o programa Auxílio Brasil, impacta negativamente o setor de comércio e serviços, maior gerador de empregos do país, já tão acometido pela pandemia e pelas restrições de funcionamento impostas pela crise sanitária", explicou.

A confederação lembra que, além de caminhar na contramão das necessidades das empresas, o decreto de Bolsonaro aumenta ainda mais a já elevada carga

tributária do Brasil. "A CNDL entende que não é justo pensar em aumento de **impostos** sem que antes seja discutida a reforma administrativa e, conseqüentemente, o debate sobre o tamanho do Estado brasileiro. As empresas do setor de comércio e serviços não podem, mais uma vez, pagar a conta de um sistema de arrecadação ao mesmo tempo voraz e ineficiente", enfatizou.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

No Rio, pré-candidatos buscam a bênção de religiosos

MARCELO REMIGIO marcelo.remigio@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mais uma gambiarra (Editorial)

Não bastassem a **inflação** em alta e o risco de racionamento de energia, o caos decisório que emana do Planalto se mostra o principal fator de insegurança a minar as chances de retomada econômica.

Com foco nas eleições e tendo abandonado uma agenda econômica consistente, o governo Jair Bolsonaro recorre a sucessivos improvisos, que vão se tornando cada vez mais deletérios e custosos.

O exemplo mais recente é a majoração do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), de modo a arrecadar R\$ 2,1 bilhões até o fim do ano para custear a criação do Auxílio Brasil, o novo programa assistencial que pretende substituir o Bolsa Família, politicamente associado à gestão petista.

Como a lei proíbe o lançamento da iniciativa durante o ano eleitoral e ao mesmo tempo exige que sejam identificadas fontes de receita, a opção do governo foi iniciá-lo a partir de outubro, com o encerramento do auxílio emergencial. A fonte de custeio veio de uma medida tributária que não depende de aprovação do Congresso.

Toda a decisão é errada, a começar pelo desvio de finalidade do IOF, um imposto de natureza regulatória na área monetária e creditícia.

O aumento do custo do crédito para pessoas físicas (de 1,5% para 2,04%) e empresas (de 3% para 4,08%), além disso, vem em péssimo momento, num quadro de endividamento elevado, juros já em alta e economia em desaceleração.

Quanto à ação social, a exigência legal de nova fonte de financiamento só se coloca porque o governo insiste em modificar o programa existente -que não impede o aumento do benefício, desde que haja cortes em outras áreas.

A falta de capacidade de planejar e fazer escolhas, porém, prenuncia o problema maior, que será a discussão do Orçamento de 2022.

Sem capacidade ou disposição do governo para gerir sua base parlamentar e confrontara voracidade do centrão por recursos, são enormes as incertezas que cercam a tramitação da peça no Congresso.

Será preciso solucionar nas próximas semanas uma série de temas complexos, como o custeio do Bolsa Família que se pretende ampliar, os precatórios

majorados por decisão judicial e o aumento da dotação para emendas pretendido pelos parlamentares.

Por enquanto, em vez de propostas serenas e firmeza nas negociações, o que se vê é a busca por atalhos, como o parcelamento dos precatórios e a tentativa de aprovar a qualquer custo a péssima reforma do Imposto de Renda.

Haveria espaço para a ampliação dos benefícios sociais para até R\$ 300 ao mês se fosse levada a cabo uma negociação ampla, de modo a reduzir o montante de precatórios sujeitos ao teto de gastos e cortar parte das emendas. Mas chegar a tal entendimento exige disciplina e organização, atributos de que o governo não dispõe.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

74

Uma mesma nação, muitos Brasis - ANA CRISTINA ROSA

ANA CRISTINA ROSA

Entre outras coisas, uma nação é definida por suas tradições, costumes e características sociais, políticas e culturais que compõem a identidade do povo. No caso brasileiro, nunca esteve tão claro que somos uma mesma nação na qual coexistem muitos Brasis.

Há o Brasil dos povos originários, que há mais de 500 anos lutam para defender o próprio direito à vida e seus territórios constantemente invadidos, ocupados e explorados ilegalmente.

Há a pátria dos trabalhadores que por mais que se esforcem não conseguem garantir uma vida digna aos seus frente a uma inflação galopante e prestes a alcançar a casa dos dois dígitos ano.

Tem também o país dos mais de 14 milhões de desempregados, que sonham em receber ao menos o salário mínimo, dos 5,6 milhões de desalentados, que desistiram de procurar uma recolocação, e da população em situação de rua, que aumentou na pandemia.

Existe a terra natal dos milhões de pretos e pardos descendentes de africanos escravizados e depois largados à própria sorte a perambular sem destino pelas ruas de uma pátria que há séculos criminaliza quem anda por aí a "vadiar", mas nunca soube oferecer alternativas reais de desenvolvimento social como contrapartida pela usurpação da liberdade.

Há o território dos que se sentem superiores e se julgam no direito de condenar e até de fazer justiça com as próprias mãos, amarrando, arrastando e agredindo um quilombola a pontapés. Esse é o país no qual uma Câmara de Vereadores, a de Santarém, no Pará, considera aceitável render homenagem a descendentes de confederados, os racistas escravocratas sulistas dos EUA que se instalaram aqui depois de perderem a Guerra Civil no século 19.

E há o Brasil dos que desfrutam de privilégios, defendem a meritocracia, falam que preconceito racial é "mimimi", são contra ações afirmativas, acreditam em "racismo reverso" não veem problema em pagar mais caro pela conta de luz e defendem a educação para poucos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

74

Desemprego e renda menor tiram classe C do mercado financeiro na pandemia

Lucas Bombana são paulo

O impacto socio-econômico desigual da pandemia entre as diferenças parcelas da população por faixa de renda, dentre tantas métricas diferentes, pode ser observado também sob a ótica dos investimentos.

Pesquisa da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) em parceria com o Datafolha mostra que caiu em 2020 o percentual de pessoas na classe C que se diziam investidoras. Nas classes A e B, houve aumento ou estabilidade nesse percentual.

No ano passado, 30% dos entrevistados da classe C responderam ter algum tipo de investimento, ante 40% em 2019. Na A e B, os percentuais passaram de 61% e 53% para 71% e 54%, respectivamente.

A pesquisa entrevistou 3.400 pessoas da população economicamente ativa em todas as regiões do país entre novembro e dezembro de 2020.

Os dados revelam ainda que a renda média familiar da classe C retrocedeu ao patamar de 2018, para R\$ 2.800 em 2020, ante R\$ 4.400 em 2019. Enquanto isso, a média na classe A passou de R\$ 17 mil para R\$ 21,1 mil, e na B, foi de R\$ 6.600 para R\$ 7.400.

Claudia Yoshinaga, coordenadora do Centro de Estudos em Finanças da FGV EA-ESP (Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas), destaca que as classes mais baixas foram esmagadas nas duas pontas na pandemia, com uma queda de receita por causa da perda de emprego e de renda, combinada com um aumento nas despesas provocado pela **inflação**.

"Já a população das classes mais altas conseguiu até ser mais investidora, porque é uma parcela que, em geral, manteve o emprego, e de alguma maneira começou a gastar menos, economizando com combustível, entretenimento, alimentação." A pesquisa mostra ainda que 55% dos entrevistados não guardaram nenhum dinheiro em 2020 e tampouco contavam com reservas anteriores. Desse grupo, 74% eram da classe C, 24%, da B, e 2%, da A.

Restrições orçamentárias ocasionadas por falta de dinheiro, salário baixo e desemprego lideram as

justificativas para a ausência de poupança.

"Quem não tinha reserva teve de se endividar, usou o cheque especial, o cartão, porque foram as únicas formas de conseguir fechar o mês", diz Mareia Dessen, planejadora financeira CFP e diretora da Planejar (Associação Brasileira de Planejadores Financeiros) e colunista da Folha.

Yoshinaga, da FGV, diz ainda que, dado o elevado custo que a pessoa incorre na cobrança de juros nessas modalidades, na hora do aperto, é melhor se desfazer de qualquer tipo de investimento antes de recorrer a opções desvantajosas nos bancos.

"Difícilmente um investimento no mercado vai render tanto quanto os juros cobrados no cartão de crédito ou no cheque especial." Para quem teve de resgatar algum valor por causa da pandemia, a recomendação da diretora da Planejar é recompor a reserva assim que possível, no ritmo, claro, que o orçamento permitir. "E, para quem ainda não tinha, que o faça também, porque a reserva financeira traz uma tranquilidade muito grande, uma sensação de segurança", afirma Dessen.

"Sabemos que mesmo com muita disciplina e corte de gastos, estamos em um momento difícil e talvez não seja fácil fazer essa economia", diz Sandra Blanco, estrategista-chefe da Órama.

PARCELA DA POPULAÇÃO INVESTIDORA

CLASSE A

61% 2019

71% 2020

CLASSE B

53% 2019

54% 2020

CLASSE C

40% 2019

30% 2020

Fonte: pesquisa da Anbima em parceria com Datafolha

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

74

Relator do novo Bolsa Família quer reajuste anual pela inflação

Thiago Resende e Bernardo Caram

Relator do projeto que cria o Auxílio Brasil (substituto do Bolsa Família), o deputado Marcelo Aro (PP-MG) quer que o benefício médio do programa social seja reajustado anualmente pela inflação.

O deputado também defende que as faixas de pobreza e extrema pobreza (critérios de entrada de uma família no programa social) sejam ampliadas de acordo com os índices de preços.

Esse tipo de correção automática não existe hoje no programa social e contraria os planos do governo, pois impõe aumento de despesas públicas.

"A MP [do Auxílio Brasil] é uma carta de boas intenções, mas ele não fala em números; não delimita o que é pobreza e extrema pobreza, por exemplo. O texto precisa trazer valores definidos e uma correção natural, como pela inflação, para que o cidadão saiba de fato o que vai acontecer", afirmou Aro à Folha.

O governo de Jair Bolsonaro até hoje não concedeu reajuste ao benefício do Bolsa Família, que paga em média R\$ 190 por mês para cada lar beneficiado. O aumento mais recente foi em julho de 2018, na gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB).

Na época, o valor médio transferido às famílias foi de R\$ 188. Se o valor fosse corrigido pela inflação do período, estaria hoje em patamar de aproximadamente R\$219.

No Auxílio Brasil, Bolsonaro prometeu que esse patamar será de pelo menos R\$ 300 por mês. Portanto, com um reajuste acima da inflação.

No caso da correção pela inflação das faixas de pobreza e extrema pobreza, a medida aumentaria gradualmente o espectro de famílias aptas ao programa, o que também pode ampliar as despesas do governo.

Esses requisitos também não são reajustados desde o governo Temer. Bolsonaro ainda não deu indicações se esse pilar do programa será alterado.

Hoje, para entrar no Bolsa Família, é preciso estar no Cadastro Único (que reúne potencial público de

programas sociais) e ter atualizado os dados há menos de 24 meses, com informações consistentes e sem pendências.

O Cadastro Único do Bolsa Família considera, desde 2018, em extrema pobreza pessoas com renda mensal de R\$ 89 por membro da família.

Rendimentos entre R\$ 89,01 e R\$ 178 são classificados como situação de pobreza. É possível acessar o programa mesmo sem filhos. Corrigindo os valores pela inflação, esses critérios seriam de R\$ 103,60 por mês (extrema pobreza) e R\$ 207,30 (pobreza).

Os patamares que estão em avaliação pelo governo são de R\$ 95 e R\$ 190. Mas esse reajuste fica abaixo da inflação do período.

Para o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social, a proposta do relator seria um avanço para garantir a proteção social dos mais vulneráveis, principalmente em períodos de inflação acelerada.

"Hoje o primeiro na fila do ajuste fiscal no Brasil é o mais pobre, seja pela falta de reajuste do Bolsa Família, seja pelas filas de espera [para entrar no programa]. O reajuste nas linhas de pobreza não cobre o atraso", afirmou Neri.

Além do aumento no benefício médio (renda transferida aos mais carentes), o governo planeja elevar o número de beneficiários, passando de 14,7 milhões de famílias para aproximadamente 17 milhões a partir de novembro.

Com isso, o custo do programa tende a subir para R\$ 53 bilhões por ano. No Orçamento de 2021, a verba para o Bolsa Família é de R\$ 34,9 bilhões.

Um reajuste automático do valor do benefício e da faixa de renda para que famílias possam ter acesso ao programa representaria, portanto, um potencial de aumento dos gastos na área social.

Como o governo, por lei, não é obrigado a atender a todas as famílias que estão dentro da faixa de pobreza e extrema pobreza, há uma fila de espera no programa social.

A fila, que atualmente está em tomo de 1,2 milhão de cadastros, se formou porque a verba do Bolsa Família tem ficado menor que o necessário para atender a todos que tiveram o cadastro analisado pelo governo.

Ao anunciar na quinta-feira (17) que o Auxílio Brasil deverá atender a 17 milhões de famílias, Bolsonaro então pretende zerara fila de espera -e ainda incluir pessoas com cadastro a ser analisado.

Ao promover essa inclusão das famílias que esperavam para acessar o programa, o governo beneficiará estados em todas as regiões. Proporcionalmente, o Amapá terá o maior volume de inseridos, com um aumento de 16,8% no número de beneficiados.

Em seguida, aparece Mato Grosso do Sul, com ampliação de 12,5% em relação ao número de famílias atendidas pelo programa hoje. O aumento será de 12% em São Paulo, 11,3% em Roraima, 10,7% em Mato Grosso, 10,3% no Rio de Janeiro e 9,5% em Sergipe.

Ainda não há previsão para que o relator divulgue a nova versão do projeto que cria o Auxílio Brasil. Por ser uma MR a proposta tem efeito imediato, mas precisa do aval do Congresso em 120 dias para não perder a validade. Esse prazo se encerra em dezembro. O governo, porém, quer concluir esse processo até outubro.

Com isso, o Auxílio Brasil poderá entrar em funcionamento em novembro, conforme prometeu Bolsonaro.

R\$ 34,9 bi é averba do Bolsa Família em 2021

14,7 milhões é o numero de famílias beneficiadas

1,2 milhão são os cadastros na fila de espera

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

74

"Inflação verde" desafia economia sustentável e mobiliza Banco Central

ESG Larissa Garcia Brasília

Dado o agravamento da crise do clima, a transição para uma economia sustentável é cada vez mais demandada pela sociedade e por investidores de todo o mundo. O processo, no entanto, gera custos, distorce preços de matérias-primas e provoca a chamada "**inflação verde**".

Entre especialistas, prevalece a avaliação de que iniciativas sustentáveis são um caminho sem volta que traz efeitos positivos, inclusive econômicos no futuro, apesar das potenciais dificuldades.

O tema entrou na pauta de discussões do Banco Central. O presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, tem reforçado que o debate deve ganhar visibilidade e pode ser um desafio no controle de preços, não só no Brasil mas em diversos países.

"Para atingir volume de energia renovável maior, precisamos de alguns componentes, e a produção desses componentes em si é um processo muito pouco verde, é um processo marrom", disse o chefe do BC em evento do BTG Pactual na terça (14).

Campos Neto tem citado o exemplo dos metais utilizados no processo de implementação de fontes de energia limpa, como cobre e alumínio, para explicar a dinâmica da **inflação verde**.

Nos últimos meses, houve alta de preços desses metais, que sofreram impacto tanto na demanda quanto na oferta. A pressão pela adoção de energia limpa aumentou a procura pelos metais. Em outra frente, países produtores adotaram regras ambientais mais rígidas, reduzindo a oferta.

Essa **inflação** eleva custos e cria mais uma barreira na transição para uma economia de baixo carbono, especialmente em países mais pobres. Para especialistas, a demora na implementação dessas iniciativas faz com que a migração precise ser mais rápida diante do agravamento de problemas climáticos e afete ainda mais os preços.

"De fato, se a transição fosse feita de forma mais devagar, o impacto disso seria menos intenso. Não dá para voltar atrás. Cada vez mais o investidor procura não só rentabilidade mas saber onde seu dinheiro está

alocado, se está alinhado aos seus valores", diz o gestor de renda variável da Warren Investimentos, Igor Cavaca.

Para ele, a não adoção de medidas sustentáveis geraria efeitos nocivos não só para o planeta mas para a atividade econômica, como a fuga de capital estrangeiro e a perda de parcerias comerciais.

A **inflação verde** surge enquanto eventos climáticos se tornam mais frequentes e também impactamos preços. Desde o fim de 2020, o Brasil passou por sucessivos choques relacionados ao clima, como chuvas e geadas, que encareceram alimentos, e agora a crise hídrica, que elevou o custo da energia elétrica.

A tese global é que esse movimento seria temporário. O Brasil, contudo, tem um histórico complexo de **inflação**, que é mais rígida e possui o que economistas chamam de inércia, quando o índice atual afeta os dados futuros.

O coordenador do portfólio de economia de baixo carbono do Instituto Clima e Sociedade, Gustavo Pinheiro, concorda que os efeitos da transição seriam menores se fosse feita de forma gradual, mas diz que, ao contrário de outros países, as iniciativas não devem gerar pressão inflacionária no Brasil.

"Se tivéssemos embarcado em um processo de transição para economia de baixo carbono antes, com certeza impactos econômicos e sociais seriam menores. Em 2006, saiu um relatório que mostrava os custos da ação e da não ação climática. O documento mostrou que postergar tornaria o processo mais caro, e está tomando", afirma.

"É uma oportunidade de redução de custos de energia, pois temos oferta abundante de geração eólica, solar e de biomassa que são mais baratas do que térmicas que utilizam combustíveis fósseis. Além disso, temos os menores custos de abatimento de emissão de gases de efeito estufa. Então a descarbonização pode tornar a economia brasileira mais competitiva em relação a outras economias relevantes." Na visão da coordenadora do Centro de Estudos em Finanças da FGV, Claudia Yoshinaga, a **inflação verde** preocupa porque a economia está fragilizada e os preços já estão em escalada no país.

"É mais um fator em um copo que já está transbordando", diz. A economista ressalta que, no Brasil, a adequação do setor produtivo a processos mais sustentáveis demandaria aquisição de matérias-primas em dólar, o que elevaria ainda mais os custos em meio à desvalorização do real.

Na gestão de Campos Neto no BC, o risco climático virou prioridade, especialmente após pressão de estrangeiros. Em setembro do ano passado, a autoridade monetária incluiu sustentabilidade em sua agenda institucional, que traz uma série de medidas a serem implementadas a curto, médio e longo prazo.

Dentro dessas ações, foram lançadas normas de ESG (sigla em inglês para boas práticas ambientais, sociais e de governança) para instituições financeiras na semana passada. Uma delas obriga a inclusão de mudanças climáticas no gerenciamento de riscos dos bancos a partir de julho de 2022.

Com a mudança, o BC passa a exigir que os bancos incorporem potenciais perdas com choques climáticos no cálculo de riscos, que impacta, por exemplo, análises para concessão de crédito.

"Se tivéssemos embarcado em um processo de transição para economia de baixo carbono antes, com certeza impactos econômicos e sociais seriam menores" Gustavo Pinheiro coordenador do portfólio de economia de baixo carbono do Instituto Clima e Sociedade

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

74

56% dos brasileiros apoiam impeachment



O presidente Jair Bolsonaro pode ter feito um recuo público de suas ameaças golpistas do 7 de Setembro e afastado o risco imediato da abertura de um processo de impeachment na Câmara dos Deputados. Mas a maioria dos brasileiros, 56% dos ouvidos pelo Datafolha, quer que o impedimento seja encaminhado. É o que o instituto aferiu nos dias 13 a 15 de setembro, quando ouviu presencialmente 3.667 pessoas em 190 cidades.

É um índice que oscila positivamente dentro da margem de erro de dois pontos do levantamento, ante os 54% que pediam o impeachment em julho.

Naquele momento, houve a confirmação da tendência apontada na pesquisa de maio, quando pela primeira vez desde que o Datafolha começou a fazer a pergunta, em abril de 2020, havia uma vantagem numérica em favor do impedimento (49% a 46% contrários). Agora, ficou estável o número daqueles que são contra a medida (41%, ante 42% na rodada anterior). Não souberam opinar 3%.

O impeachment voltou à pauta nacional após os protestos do 7 de Setembro, quando Bolsonaro atingiu o ápice de sua campanha golpista contra as instituições, em especial o Supremo Tribunal Federal, corte que ele ameaçou devido aos processos que lá correm e podem atingir tanto o presidente como seus filhos e grupos bolsonaristas.

Bolsonaro chegou a dizer que não iria cumprir quaisquer ordens judiciais de seu desafeto Alexandre de Moraes, ministro do Supremo que relata ações acerca do bolsonarismo como o inquérito das fake news. Para 76% dos brasileiros, se fizesse isso, já mereceria a abertura de um processo de impeachment.

Alguns partidos se mexeram com a crise. O PSD criou uma comissão para "acompanhamento do

impeachment", e o sempre dividido PSDB aprovou na sua Executiva a ida à oposição e a abertura de debate sobre o tema. A pressão, em especial pelo crescente desembarque de setores econômicos que entenderam o preço que a turbulência política cobra ao deixar o país em desgoverno e índices como a **inflação** ameaçando descontrole, cresceu. Em dois dias, com a nota de recuo operada pelo ex-presidente Michel **Temer** (MDB), a crise foi contida por ora.

Até onde vale o processo de impedimento

Ninguém no mundo político aposta por quanto tempo, mas o impeachment se torna mais improvável à medida que o tempo passa: um processo de talvez seis meses, ele encavalaria com o início da campanha eleitoral, em uma confusão que desagradaria tanto a agentes políticos como econômicos.

Para o centrão, por exemplo, interessa mais manter sua influência e controle sobre emendas. Já na esquerda, o cálculo do líder atual na disputa de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), é de deixar Bolsonaro sangrando - mesmo que o ex-presidente diga apoiar o impeachment.

A oposição à direita fracassou em fazer um ato consistente contra o presidente na esteira da crise da semana do 7 de Setembro, no dia 12, devido a erros de organização e divisões internas. O próximo protesto está a cargo da esquerda, no dia 2 de outubro.

Isso dito, a percepção popular sobre o assunto não mudou, como mostrou o Datafolha, e a tendência pró-impedimento se mantém. No começo do ano, a fotografia era inversa: 53% não queriam a medida e 42%, sim.

SAIBA MAIS

» Desejam mais que a Câmara lance mão do expediente os mais pobres (62%), os mais jovens (67%), nordestinos (67%) e estudantes (68%).

» Em relação ao tamanho da amostra, o dado de renda é o mais importante, pois o segmento que ganha até 2 salários mínimos compõe 51% dos entrevistados.

» Na mão contrária vêm os mais ricos (55% contra), empresários (69%) e evangélicos (53%).

Aqui, o corte religioso é o de maior peso na amostra,

26% dela.

» Os aderentes principalmente de denominações pentecostais e neopentecostais se mostrar frustados com Bolsonaro (41% de rejeição), mas não o suficiente para punir o presidente. Ele ainda ganha de Lula no grupo, assim como mantém o apoio contra o impedimento. ?

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-5f06f7aeeca9a91b8cab79b2b83bdda5.pdf

Mercado prevê alta de 1 ponto da Selic e cogita inflação acima da meta em 2022



DIDA SAMPATO/ESTADÃO - 24/9/2021

Juro. Campos Neto disse que Banco Central vai manter 'plano de voo' da política monetária

Eduardo Rodrigues, Célia Froufe

Sem perspectiva de trégua na escalada dos preços no País no curto prazo, analistas do mercado financeiro acreditam que o Banco Central (BC) seguirá com o aumento dos juros para controlar a **inflação** e tentar levá-la para o centro da meta, de 3,5%, em 2022. De 51 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo "Projeções Broadcast", 44 preveem um aumento de 1 ponto percentual na taxa básica, a Selic, em reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) na quarta-feira. Com isso, o colegiado do BC elevaria a Selic para 6,25% ao ano.

Apenas sete instituições consultadas mantiveram as apostas em um ajuste mais duro da taxa básica de juros nessa reunião, o que foi cogitado após os dados mais recentes da **inflação** mostrarem um IPCA acumulado de 9,68% em 12 meses até agosto.

Economistas chegaram a apostar em uma "paulada" nos juros ainda mais forte que a alta de 1 ponto da última reunião do Copom, que elevou a Selic para 5,25% ao ano. Para se ter uma ideia da intensidade da medida, a última vez que o BC aumentou a taxa básica de juros em mais de 1 ponto de uma só vez foi em 2002, no fim do governo FHC.

No entanto, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, realinhou as expectativas na semana passada ao garantir que o Copom vai manter "o plano de voo". Ele afirmou que o Copom elevará a Selic o quanto for preciso para conter a **inflação**, mas esclareceu que o colegiado não irá reagir a cada novo dado.

"Passei a noite pensando sobre isso (a fala de Campos Neto) e voltamos para a projeção para alta de

1 ponto na Selic", diz o superintendente da Assessoria Econômica da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), Everton Gonçalves, que antes projetava uma alta de 1,25 ponto, para 6,5%. Além da reunião desta semana, o Copom ainda terá mais dois encontros neste ano - em outubro e dezembro. Com a manutenção do ritmo atual, Gonçalves acredita que o BC continuará aumentando os juros no começo de 2022, até que a Selic chegue a 8,5% ao ano.

O economista diz que, para ser mais agressivo agora e trazer a **inflação** para o centro da meta de 3,5% no próximo ano, o BC teria de sacrificar mais o crescimento da economia em 2022.

"Fazer política monetária não é fácil, tem muita sintonia fina, sobretudo em um ambiente com tantos riscos e incertezas", diz.

Risco para 2022. Diante das dificuldades, parte do mercado financeiro já prevê que o BC vai descumprir em 2022, pelo segundo ano consecutivo, a tarefa de entregar a **inflação** dentro da meta.

A informação foi apurada pelo Estadão/Broadcast com agentes de mercado, inclusive com alguns que tiveram assento no Copom.

Fontes relatam que, além das estimativas oficiais para a **inflação** divulgadas para clientes, imprensa e o próprio BC via relatório Focus, analistas se debruçam sobre dados e fórmulas para obter números mais precisos. Se as previsões formais para o IPCA de 2022 rodam os 4%, as extraoficiais giram em torno de 5%.

"O Focus e demais projeções públicas são fundamentais para criar um consenso prospectivo.

Mas é na hora de colocar o dinheiro que se vê qual é a informação mais certa. Se bancos, corretoras e outras casas já estão usando esse material como ferramenta de base, é ele que vale de verdade", afirmou uma fonte.

O economista-chefe do Banco Original, Marco Caruso, diz que, mesmo que a Selic chegue a 8%, o patamar já não é mais suficiente para garantir a **inflação** no centro da meta em 2022. "Acredito que o Copom vai, sim, acomodar alguma **inflação** acima do centro da

meta, até porque elevar demais a Selic agora pode a fazer a **inflação** escorregar para baixo da meta em 2023", diz.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A árdua tarefa do Banco Central (Artigo)

CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ

A economia brasileira está em plena estagflação, quer dizer, a **inflação**, tanto a corrente como a esperada, está bem acima das metas, e a atividade econômica encontra-se estagnada. Trata-se de situação extremamente desafiadora, dado que, para atingir seu objetivo principal de garantir a estabilidade de preços, o Banco Central (BC) pode ter que sacrificar, ainda mais, os já deprimidos níveis de emprego e renda. É bom lembrar que a própria Lei Complementar n.º 179/21, que estabelece a autonomia do BC, determina que a autoridade monetária, "sem prejuízo de seu objetivo fundamental, deve suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego".

Alguns economistas atribuem ao BC grande parcela de culpa pela elevação da **inflação**. No entender desses analistas, o Comitê de Política Monetária (Copom) teria reduzido de forma exagerada a Selic, não só após a deflagração da pandemia, quando atingiu 2,0% ao ano, mas desde que iniciou o afrouxamento monetário, em agosto de 2019. Discordo dessas críticas.

Segundo simulações da MCM Consultores, o hiato negativo do **PIB**, ou seja, a insuficiência de demanda para absorver a capacidade de produção do País, encontrava-se, em meados de 2019, entre 4% e 6%. Outras medidas, como a taxa de desemprego e o Nível de Utilização da Capacidade Instalada da Indústria (Nuci), atingiam, respectivamente, 12% e 75%, confirmando que a economia registrava elevado grau de ociosidade. Ao mesmo tempo, as taxas observadas e esperadas de **inflação** estavam aquém das metas.

Portanto, a redução da Selic, de 6,50% ao ano, em julho de 2019, para 4,25% ao ano, em fevereiro de 2020, foi responsável e fundamentada.

Quando o Brasil foi sacudido pela pandemia, as indicações eram de que essa ociosidade iria se acentuar enormemente, como de fato ocorreu. Várias estimativas, inclusive as minhas, constataam que o hiato negativo do **PIB**, no segundo trimestre de 2020, alcançou níveis inusitados, da ordem de 10% a 14%. Novamente, inflações correntes e esperadas encontravam-se abaixo das metas. Todos os sinais eram de que seria necessário estímulo monetário excepcional. Novamente, o BC agiu de forma responsável e fundamentada, ao derrubar,

gradualmente, a Selic para 2% ao ano.

No entanto, no Brasil e alhures, já no final de 2020, constataram-se fenômenos de dimensões tão inusitadas quanto a própria severidade da pandemia. Os programas de sustentação de renda, os novos hábitos determinados pelo trabalho em home office e a rápida adaptação ao comércio eletrônico fizeram explodir a demanda por bens (embora não a de serviços), causaram escassez de estoques na indústria, explosão no preço de commodities e rupturas nas cadeias globais de suprimentos. Esses fenômenos foram agravados no Brasil pelas crises políticas gestadas no Palácio do Planalto e pela condução titubeante da agenda de reformas estruturais, o que deteriorou as expectativas, estagnou os investimentos, depreciou o real e colocou mais lenha na fogueira da **inflação**.

Atento a esses fatos, o BC iniciou o aperto monetário em março último.

Em quatro reuniões do Copom a Selic subiu 3,25 pontos percentuais. Acredito em uma nova elevação de 1,0 ponto percentual, na próxima quarta-feira.

Além disso, o presidente da instituição, Roberto Campos, tem declarado, com firmeza, que a Selic será elevada o quanto for necessário para reconduzir a **inflação** às metas. O que não se pode exigir, como muitos começaram a fazer, é que o BC tome medidas açodadas, promova um choque de juros e que mude sua política cada vez que um novo dado é divulgado. Afinal, a ociosidade na economia ainda é elevada.

Sair da estagnação para a recessão seria muito danoso.

É difícil fazer política monetária no governo Bolsonaro, ademais com uma pandemia devastadora e um choque hídrico de grandes proporções.

CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ, ECONOMISTA E DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES, FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL, SUBSECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL E CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O consumo das famílias e a eleição de 2022 - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010?page=1§ion=1

Riscos fiscais para Orçamento de 2022 somam R\$ 89 bi

Ana Conceição

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010?page=1§ion=1

Dívida frustra Guedes e retoma viés de alta

Daniel Rittner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010?page=1§ion=1

Reuniões de BCs no Brasil e nos EUA marcam a semana

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187010